

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de
2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e Administradores da
SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Pemom Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.056/O-2



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Andrew Karpinski
Contador CRC 1SP-257.755/O-6

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	183	1.342	Fornecedores	9	4.794	501
Contas a receber	5	1.365	808	Obrigações trabalhistas e sociais	10	559	764
Despesas antecipadas	-	399	50	Impostos e contribuições a recolher	11	1.046	508
Tributos a recuperar	6	1.190	119	Partes relacionadas	14	28	505
Outros créditos	-	143	22	Adiantamento de clientes	-	67	432
		3.280	2.341	Passivo de arrendamento	-	16	54
				Outras contas a pagar	-	6	-
				Parcelamento de tributos	12	388	-
						6.904	2.764
Não Circulante				Não Circulante			
Ativo de direito de uso	-	1	48	Obrigações com o poder concedente	13	9.690	9.185
Imobilizado líquido	7	969	768	Partes relacionadas	14	11.537	15.654
Intangível líquido	8	30.295	24.518	Parcelamento de tributos	12	1.440	44
		31.265	25.334	Dividendos a pagar	16.4	540	-
						23.207	24.883
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	2.000	2.000
				Reserva legal	16.2	149	-
				Reserva de incentivos fiscais	16.3	667	-
				Reserva de lucros		1.618	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.972)
						4.434	28
Total do ativo		34.545	27.675	Total do passivo e do patrimônio líquido		34.545	27.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	17	21.146	11.885
Custo serviços prestados	18	(14.377)	(10.401)
Resultado bruto		6.769	1.484
Despesas administrativas e gerais	19	(473)	(340)
Outras despesas operacionais	-	(20)	(434)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		6.276	710
Receitas financeiras	20	42	19
Despesas financeiras	21	(700)	(1.045)
Resultado financeiro líquido		(658)	(1.026)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.618	(316)
Imposto de renda e contribuição social	22	(672)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		4.946	(316)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>4.946</u>	<u>(316)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>4.946</u></u>	<u><u>(316)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas			Prejuízos acumulados	Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais			Reserva de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.000	-	-	-	(1.656)	344
Prejuízo líquido do exercício		-				(316)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.000	-	-	-	(1.972)	28
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.946	4.946
Destinação para reserva legal	16.2	-	149	-	-	(149)	-
Destinação para reserva de incentivo fiscal	16.3	-	-	667	-	(667)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.4	-	-	-	-	(540)	(540)
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	1.618	(1.618)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.000	149	667	1.618	-	4.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.618	(316)
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização e depreciação	18	1.239	1.266
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)		36	95
		6.893	1.045
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/diminuição dos ativos			
Contas a receber		(593)	247
Despesas antecipadas		(349)	49
Tributos a recuperar		(1.029)	37
Outros créditos		(121)	(16)
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		4.293	105
Obrigações trabalhistas e sociais		(205)	183
Impostos e contribuições a recolher		538	354
Adiantamento de clientes		(365)	432
Passivo de arrendamento		(38)	18
Outras contas a pagar		6	(12)
Parcelamento de tributos		1.784	
Imposto de renda e contrib social, pagos		(672)	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		10.142	2.442
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(355)	(92)
Aquisição de intangível	8	(6.352)	(3.826)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(6.707)	(3.918)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas		(4.594)	2.397
Fluxo de caixa (consumido) proveniente das atividades de financiamento		(4.594)	2.397
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.159)	921
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	1.342	421
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	183	1.342
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.159)	921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Ilhéus, na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, localizada no Município de Ilhéus no Estado da Bahia.

A Companhia tem como objeto social a concessão dos serviços públicos para ampliação, gestão e manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Ilhéus, suas áreas e serviços à título de execução indireta.

O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início a partir da data de eficácia em 03 de novembro de 2018.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos acionistas e diretores em 31 de março de 2022.

1.1. Impactos da pandemia o COVID-19

A SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. acredita que a informação e a proteção são as chaves para o enfrentamento eficaz dos desafios impostos pela Pandemia. E por isso, desde o início da pandemia, visando minimizar o risco de contágio e reforçar a prevenção contra a transmissão do novo corona vírus desenvolveu um rígido protocolo de biossegurança.

Consolidadas em um plano de biossegurança e seguindo as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde municipais e estaduais, as medidas de proteção sanitária contemplam desde o reforço à higienização dos espaços até a disponibilização de *dispensers* de álcool em gel 70%.

Ainda em 2021 a SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. permaneceu com a campanha: “Embarque Seguro” que atrelada ao protocolo de biossegurança tem como objetivo conscientizar os clientes e colaboradores sobre a importância das medidas de proteção para a contenção do vírus e a preservação da vida de todos.

A Campanha que foi amplamente veiculada nos canais digitais da empresa e divulgada na imprensa, utilizou recursos audiovisuais para explicar as medidas adotadas e comunicações visuais para demarcar o distanciamento entre as pessoas nos empreendimentos.

De forma detalhada vale citar que o protocolo adotado pela empresa contempla os pilares de:

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

- a) Informação;
- b) Higienização/desinfecção;
- c) Proteção conforme detalhado a seguir:

a) Informação

- Plano de biossegurança para o terminal de passageiro;
- Campanha com dicas de prevenção nos sistemas de telas do terminal;
- Avisos sonoros sobre as medidas de prevenção;
- Comunicação visual com destaque para a manutenção da distância de segurança;
- Cartazes orientando o uso correto das máscaras para os colaboradores;
- Manual de Saúde e Trabalho para os colaboradores contendo as orientações sobre as medidas de prevenção da Covid-19 na SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A..

b) Higienização/desinfecção

- Intensificação da higienização dos pontos e superfícies de contato;
- Desinfecção dos sanitários;
- 2 vezes ao dia desinfecção das áreas de circulação dos terminais com produto homologado pela ANVISA;
- Maior estoque de suprimentos de proteção e limpeza.

c) Proteção

- Lixeiras exclusivas para descarte de materiais possivelmente infectados (luvas, máscaras, lenços);
- Dispositivos de álcool em gel distribuídos pelas áreas do terminal;
- Instalação de lavatórios nas áreas externas dos sanitários de forma a facilitar a higienização das mãos com a utilização de sabonete líquido;
- Uso de máscaras de proteção por todos os colaboradores;
- Exigência de utilização das máscaras faciais para os clientes;
- Demarcação de distanciamento de segurança nas filas, embarques e *check-ins*;
- Afastamento dos colaboradores do grupo de risco;
- Implantação do *home office* para as equipes de trabalho que podem realizar as atividades remotamente.

Para a diretoria geral da empresa a SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. se define por ser uma concessionária de serviços essenciais, o que significa estar na linha de frente mesmo em momentos de crise como uma pandemia.

Nesse sentido a campanha: 'Embarque Seguro' e todo o esforço da empresa com as medidas de proteção reforçam as questões de segurança, mas que tomaram novas formas por conta da Covid-19.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A partir de um trabalho diário com muito foco em compromisso social que a empresa realiza tais esforços para continuar atendendo à população mesmo em momentos como na pandemia do novo corona vírus.

Por ser um contrato de longo prazo a Administração da Companhia não identificou riscos significativos decorrentes de *impairment* de seus ativos que justificasse a necessidade de constituição para perdas ao valor recuperável dos ativos que estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

b) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são Ajustados pelo seu Valor Presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

• Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

• Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(iii) Amortização do ativo intangível

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

d) Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de *hedge* conforme o caso.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

e) Ativos intangíveis

• Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão a Companhia atua como prestadora de serviços construindo e ampliando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) e a SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. prevê uma outorga a ser paga ao poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Aeroporto de Ilhéus.

O contrato prevê também que extinta a concessão retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

• Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

g) Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

j) Incentivos fiscais – subvenção governamental

A partir 01 de janeiro de 2021 a Companhia passou a ser beneficiária de incentivo fiscal obtido por redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros da exploração por possuir projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos localizados e em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os saldos deste incentivo foram registrados no resultado da Companhia, no grupo do imposto de renda corrente conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 22. Em contrapartida, esses valores foram reconhecidos na reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais” no patrimônio líquido.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

k) Obrigações com poder concedente

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

A contribuição fixa está registrada sob a denominação: “Obrigações com o poder concedente” no passivo não circulante considerando os prazos de liquidação superiores ao prazo de 1 ano descontados a valor presente e amortizados pelas liquidações financeiras.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a. estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

l) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

m) Receita operacional

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

(i) Tarifas Aeroportuárias

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

(ii) Prestação de serviços em aeroportos

A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Receita de locação

A receita de locação é decorrente de contratos de aluguéis com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados no aeroporto e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iv) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração: por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre parcelamentos fiscais, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

o) Arrendamentos

A Companhia avalia na data de início do contrato se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Na data de início do arrendamento a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo substancialmente pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

(p) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contrato de seguros
Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações) Alterações ao CPC 26 (R1)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 15 (R1)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações ao CPC 26 (R1)	Contabilização de receita antes do uso pretendido de um ativo
Alterações ao CPC 5	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018 – 2020	CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 18 (R2) Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos e CPC 29 – Agricultura
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações CPC 32	Definição de Estimativas Contábeis Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	1	1
Bancos	13	20
Aplicação Financeira	141	1.304
Numerários em Trânsito	28	17
	183	1.342

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	2021	2020
Locações a receber	758	566
Tarifas Aeroportuárias	790	389
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(183)	(147)
	1.365	808

6. Tributos a recuperar

	2021	2020
INSS a compensar	12	-
IRPJ a compensar	860	87
CSLL a compensar	318	32
	1.190	119

7. Imobilizado líquido

	2021			2020	
	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	783	(154)	629	398
Equipamento de informática	10	154	(51)	103	73
Móveis e utensílios	20	160	(40)	120	129
Veículos	20	249	(132)	117	168
		1.346	(377)	969	768

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	768	823
(+) Adições	355	92
(-) Depreciação	(154)	(147)
Saldo final	969	768

8. Intangível líquido

	2021			2020	
	% - Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Outorga fixa (i)	(a)	12.000	(1.266)	10.734	11.133
Outorga de concessão (ii)	(a)	20.101	(2.122)	17.979	18.649
(-) AVP s/ outorga	(a)	(10.411)	-	(10.411)	(10.916)
Software	20	52	(16)	36	46
Obras em andamento (iii)	-	11.957	-	11.957	5.606
		33.699	(3.404)	30.295	24.518

(a) As taxas de amortização são aplicadas com base no prazo do contrato de concessão de 30 anos.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A outorga fixa refere-se ao pagamento R\$ 12.000 de indenização a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO a título de custeio de programas de adequação do efetivo conforme definido em contrato de concessão;
- (ii) A outorga de concessão refere-se ao valor a ser pago à AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira parcela vencerá 5 anos após a data de eficácia (03/11/2018), as demais parcelas anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 meses subsequentes;
- (iii) Os gastos estão sendo realizados para reforma e ampliação do Aeroporto Jorge Amado – Ilhéus com previsão de conclusão em julho de 2022.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	24.518	21.288
(+) Adições	6.352	3.826
(+) Atualização AVP	505	479
(-) Amortização	(1.080)	(1.075)
Saldo final	30.295	24.518

9. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	4.794	501

O saldo refere-se principalmente aos fornecedores de bens e serviços da reforma e ampliação do Aeroporto.

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Salários a pagar	125	113
INSS a recolher	56	366
FGTS a recolher	21	15
IRRF a pagar	12	7
Provisão de férias e encargos	335	263
Outras obrigações trabalhistas	10	-
	559	764

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
PIS a recolher	44	65
COFINS a recolher	205	332
IRPJ a recolher	309	-
CSLL a recolher	363	-
ISS a recolher	62	97
Impostos retidos a recolher	63	14
	1.046	508

12. Parcelamento de tributos

	2021	2020
ISS parcelamento	44	44
Parcelamento PIS N° 19679405899202061	21	-
Parcelamento PIS N° 6072101391323	69	-
Parcelamento COFINS N° 19679405899202061	106	-
Parcelamento COFINS N° 6062105335331	343	-
Parcelamento INSS (Empresa)	648	-
Parcelamento PIS e COFINS N° 004.940.079	345	-
Parcelamento especial – Demais Débitos	36	-
Parcelamento N° 10830-406880/2021-48	216	-
	1.828	44
Circulante	388	-
Não circulante	1.440	44
	1.828	44

Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações com o poder concedente

	2021	2020
Outorga de concessão	20.101	20.101
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(10.411)	(10.916)
	9.690	9.185

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago a AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

Não ocorreram correções nas tarifas vigentes durante o exercício.

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente e os critérios utilizados para o Ajuste a Valor Presente (AVP) estão detalhados na Nota Explicativa nº 3 (j).

14. Partes relacionadas

	2021	2020
Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. (a)	11.565	15.976
Universal Arm. Gerais e Alfandegados Ltda.	-	183
	11.565	16.159
Circulante	28	505
Não circulante	11.537	15.654
	11.565	16.159

(a) Operação de conta corrente com acionistas e reembolso de despesas a pagar. Nestas operações não há previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco, prazo de vencimento preestabelecido.

15. Demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 não havia processos judiciais passivos em curso. Em 31 de dezembro de 2020 as ações em curso classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como risco de perda possível totalizavam R\$ 183.

Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.000 está representado por 2.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada, assim distribuído:

	2021		
	%	Ações	R\$
Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda.	65	1.300	1.300
Lanças Engenharia, Com. e Construções Ltda.	35	700	700
	100	2.000	2.000

	2020		
	%	Ações	R\$
Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda.	95	1.900	1.900
Universal Armazém Gerais e Alfandegados Ltda.	5	100	100
	100	2.000	2.000

16.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

16.3. Reserva de incentivos fiscais – subvenção governamental

A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com o laudo constitutivo nº 0172/2021 e Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 012114161 da Receita Federal regulamentado pela IN SRF 267/2002 com alterações posteriores.

Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2030 por estarem na área de atuação da SUDENE para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o valor de R\$ 667 para reserva de incentivos fiscais.

16.4. Dividendo mínimo obrigatório

É assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas conforme legislação societária vigente.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresenta-se o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.946	(316)
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(1.972)	-
(=) Base de cálculo para reserva legal	2.974	-
(-) Reserva legal – 5%	(149)	-
(-) Reserva de incentivos fiscais	(667)	-
(=) Base de cálculo para os dividendos	2.158	-
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	540	-

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Tarifas de embarque aeroportuários	9.818	5.041
Serviços a usuários	372	207
Tarifas de pouso permanência aeroportuários	2.746	1.517
Locações	4.086	2.524
Outras receitas operacionais	11	14
Receitas de construção	6.351	3.781
(-) Tributos sobre receita	(2.238)	(1.199)
	21.146	11.885

18. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Custo de pessoal	(3.772)	(3.053)
Prestadores de serviços PJ	(1.324)	(1.230)
Serviços públicos	(906)	(708)
Manutenção, conservação e limpeza	(238)	(129)
Custo de construção	(6.351)	(3.781)
Depreciação e amortização	(1.239)	(1.266)
Aluguéis	(63)	(25)
Seguros	(138)	(71)
Outros tributos, taxas e contribuições	(346)	(138)
	(14.377)	(10.401)

19. Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Viagens e representações	(168)	(111)
Despesas com veículos	(172)	(82)
Escritório e informática	(76)	(24)
Outras despesas	(57)	(123)
	(473)	(340)

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

20. Receitas financeiras

	2021	2020
Descontos obtidos	1	-
Juros e multas recebidos	37	13
Receitas aplicações financeiras	2	1
Outras receitas financeiras	2	5
	42	19

21. Despesas financeiras

	2021	2020
Juros pagos ou incorridos	(349)	(833)
Multas e correções	(285)	(116)
Desconto concedidos	(38)	(71)
Despesas bancárias	(14)	(10)
Despesas com AVP	(9)	(13)
Outras despesas financeiras	(5)	(2)
	(700)	(1.045)

22. Imposto de renda e contribuição social

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.618	(316)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.910)	-
(+) Adições	6.589	3.999
(-) Exclusões	(6.494)	(3.804)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.714)	-
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.999	(121)
Imposto de renda e contribuição social (24%)	(960)	-
Adicional do imposto de renda (10%)	(379)	-
Incentivo fiscal – lucro da exploração – Nota 16.3	667	-
Imposto de renda e contribuição social corrente, líquida	(672)	-
Taxa efetiva	12%	0%

23. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

23.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

23.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

23.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis.

24. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 3.872;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 1.500;
- (iii) Seguros materiais, patrimoniais e prediais R\$ R\$ 19.937.

SPE CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE ILHÉUS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 – Eventos Subsequentes.